

FORJANDO OPINIÕES: O GLOBO E A CRISE POLÍTICA DE 2016

Fernando Antonio da Costa Vieira

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

DOI: 10.25768/20.01.002

RESUMO: Ao longo da crise política que tem marcado o Brasil desde 2014, o jornal O Globo passou a assumir de forma clara e unívoca uma posição de maior protagonismo contra o governo Dilma, defendendo o impeachment da presidenta e apoiando o governo que seria organizado por Michel Temer. Sua posição é acompanhada de uma pauta econômica que reproduz seus valores liberais centrados na defesa do estado mínimo, retomada e ampliação das privatizações e quebra de benefícios sociais, em especial, os que tratam da saúde, educação e previdência, percebidas como obstáculos ao conceito de meritocracia. Analisar o discurso construído pelo jornal, perceber suas contradições e refletir sobre o impacto de suas posições para o conjunto da sociedade brasileira é a proposta deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: mídia; política; sociedade; crise.

ABSTRACT: Along the political crisis that has marked the Brazil since 2014, the newspaper O Globo began to assume a clear and unambiguous a position of greater activism against the government of Dilma, defending the impeachment of president and supporting the government which would be organised by Michel Temer. Its position is accompanied by an economic tariff which reproduces its liberal values centered on the defense of a minimal state, resumption and expansion of privatisation, and breach of social benefits, in particular, those that deal with the health, education and social welfare, perceived as obstacles to the concept of meritocracy. Analyze the discourse built by official, realize its contradictions and reflect on the impact of their positions for the whole of the Brazilian society is the proposal of this work.

KEYWORDS: media; politics; crisis; society.

Índice

Introdução	2	2 A encruzilhada da democracia brasileira: O Globo e a articulação golpista	6
1 A mídia e sua ação política	2	Conclusão	13
		Referências Bibliográficas	17

© 2020, Fernando Antonio da Costa Vieira.

© 2020, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo deste artigo está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte

desta obra carece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Introdução

DESDE 2015 o Brasil vivenciou uma crise política que acirrou a econômica e que paralisou a vida do país, culminando em 31 de agosto de 2016 na votação do senado federal que aprovou a destituição da presidenta Dilma Rousseff do cargo.

No entanto, a crise que resultou no impedimento foi alimentada nos últimos dois anos por atores externos ao Congresso Nacional. Um deles grupos conservadores e com matizes autoritárias que apoiados por segmentos da classe média ocuparam as ruas do país, protestando contra a manutenção do PT no governo. Outro e, significativo para o presente trabalho, o papel da mídia na constituição de um consenso contra o governo Dilma e o PT.

Consenso será lido como o conceito expresso por Gramsci, onde uma classe que detém a hegemonia¹ consegue levar os setores subalternos a romperem com seus valores de classe que lhes são inerentes e, incorporarem os valores e a visão de mundo das classes hegemônicas (Gorender, 1988). Nesse sentido, a mídia no Brasil assumiu um papel em que percebe seus leitores como um potencial objeto a ser transformado de modo a incorporar os valores defendidos por ela imprensa. A imprensa, portanto, assume um papel novo: o de reprodutora dos valores hegemônicos que vão erigir um novo consenso em torno de sua leitura de mundo.²

Althusser, por sua vez, contestava a leitura gramsciana acentuando o papel da imprensa enquanto um aparelho ideológico de

estado com a função de legitimar a reprodução da exploração dos trabalhadores e, por conseguinte, a reprodução da própria sociedade capitalista (Althusser, 1985).

E quais os valores defendidos pela mídia? Numa leitura mais simplista, a mídia brasileira se posiciona como defensora da propriedade privada e do arcabouço jurídico que sustenta e garante a manutenção da propriedade privada. Por conta disso, ela busca construir uma opinião pública que incorpore a legitimidade da propriedade privada como um valor naturalizado na história da humanidade, ao mesmo tempo, em que desqualifica os projetos contestatórios a esses valores.

A hipótese que norteará o presente artigo é a percepção de que a mídia no país foi um importante ator para a consumação do processo de destituição da presidenta Dilma.

Metodologicamente serão analisados artigos do jornal O Globo, principal jornal carioca e um dos mais importantes do país. A escolha do jornal se traduz na especificidade do público alvo do mesmo e, pela permanência de uma cultura leitora de jornal impresso ainda em voga no Brasil.

Para a comprovação dessa hipótese serão analisadas reportagens, editoriais e colunas do jornal, desconstruindo as mensagens e desvelando a busca pela construção de consensos.

1 A mídia e sua ação política

No Brasil, em especial, após a implementação do governo militar (1964-1985), assistiu-se a um processo de modernização e expansão econômica, centrada no

¹O conceito de hegemonia elaborado por Gramsci, afirma que a hegemonia é estabelecida não só pela direção econômica de uma classe ou segmento de classe sobre o conjunto da sociedade, mas também junto aos valores que permeiam determinada sociedade. Valores encontrados na cultura, nos costumes e na produção de alianças que a capacite a manter o controle do Estado, garantindo dessa forma a capacidade de domi-

nação exercida pela classe dominante. Ver Gruppi, L. (1978). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 3ª. Ed., Rio de Janeiro, Graal.

²Conferir: Vieira, F. (2019). *Navegando Contra a maré: a relação entre o MST e a mídia*. Curitiba: Brazil Publisher. p. 170.

ingresso do capital externo, do endividamento do país e da maior concentração de renda e de capital.

O processo de concentração de capital, no que tange a mídia se transforma na construção de um imenso conglomerado monopólico midiático em que quatro grupos familiares detêm a ampla maioria dos meios de comunicação. A saber: a família Marinho das organizações Globo, os Civita do grupo Abril, os Frias do grupo Folha, e os Mesquita do grupo Estado de São Paulo. São secundados por grupos regionais ou de menor influência, como a família Saad do grupo Bandeirantes, a Sirotsky da RBS sediada em Porto Alegre, a Maiorana do grupo Liberal com sede em Belém e maior grupo do norte do país, entre outros.³

ser considerados de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, “transformáveis” filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos “econômicos”, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. (Gramsci, 2001: 246)

É neste momento que o processo de constituição de hegemonia, como visto anteriormente, começa ser estruturado. A força da credibilidade construída pela mídia, leva à crença de que “se saiu na mídia”, só pode ser verdade. Dessa forma, a hegemonia também se constituiu no campo cultural, internalizando na sociedade os ideais que pautam os interesses de mercado da mídia e, corroborando a formação de uma opinião pública francamente favorável a esses ideais.

Nesse sentido, o consenso construído se tornou uma efetiva defesa do capitalismo, da sociedade do livre-mercado, sutilmente transfigurada na naturalização da propriedade privada e na crença da meritocracia,

Em comum aos grupos, a participação fatiada em jornais, rádios AM e FM, televisão, televisão por assinatura, produção e distribuição e canais e programas para TV por assinatura, internet e, caso das organizações Globo, distribuição de filmes em cinemas. Um mecanismo de controle que cerceia qualquer alternativa de notícia e que permite a efetiva construção do consenso em torno das posições defendidas pelos grupos midiáticos.

A força do monopólio concedeu uma capacidade de pressão e articulação sem igual aos grandes grupos midiáticos. Essa força lhes permitiu fazer valer o que Gramsci, apontava sobre o papel da imprensa, assinalando que para os jornais, os leitores deveriam

isto é, as melhorias na vida dos indivíduos são expressão de seus esforços individuais, portanto, não caberia ao Estado intervir com políticas de inclusão social.

A atuação política da mídia no Brasil encontrou dois momentos marcantes na história contemporânea do país: em 1954 e em 1964. Durante a crise de agosto de 1954, jornais como *O Globo*, *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo*, entre outros, buscavam alicerçar um projeto golpista, desqualificando o governante e afirmando toda sua fragilidade política.

Em 13 de agosto de 1954, na coluna Notas e Notícias, com a chamada intitulada *A Situação do Presidente, O Estado de São Paulo* defendia que

retire-se ou não se retire do governo, o Sr. Presidente da República deixou praticamente de ser o representante da nação brasileira. Não podia continuar a sê-lo depois do que

³ Conferir, Lopes, M. (2016). As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In I. Jenkins, K. Doria & M. Cleto, *Por que gritamos golpe? Para*

entender o impeachment e a crise política no Brasil. SP: Boitempo.

houve com sua guarda pessoal e com pessoas de sua família. (...) a presidência da república acha-se vaga. O titular do cargo acha-se sem moral para exercer suas funções (*O Estado de São Paulo*, 13/08/1954).

Pronto! O vaticínio foi determinado. Ao leitor, caberia perceber a sutileza do texto. Um presidente que não controla sua guarda pessoal⁴, e seus familiares, ainda que não possa ser responsabilizado pelos atos dos mesmos, perderia a credibilidade para governar o país e, portanto, deveria sair legalmente ou não. A moralidade da nação demandaria tal fato. Moralidade que é expressão dos valores conservadores do jornal, obviamente.

Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma saída a dizer ao Sr. João Goulart: saia.

(...) Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.

(...) Nós do Correio da Manhã defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. (...) A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las (*Correio da Manhã. Compromisso com a verdade*. 2001).

O jornal O Globo também se posicionou. Em 02 de abril de 1964, o jornal apresentou editorial intitulado “Ressurge a democracia”. nele o jornal vai assumir seu

Em abril de 1964, após um conjunto de reportagens que buscavam desqualificar o presidente João Goulart, dois editoriais sinalizavam o lado da grande mídia. Em 1º de abril de 1964, momento em que o movimento golpista militar ainda não se consolidara, o *Correio da Manhã*, um dos mais importantes jornais da cidade do Rio de Janeiro, publicou seu editorial intitulado “Fora!”

apoio aos golpistas assinalando que se tratava de um levante militar que salvava o país de uma ditadura. Vejamos trechos:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque

⁴Em 6 de agosto de 1954, o jornalista e político da UDN, Carlos Lacerda, foi ferido em um atentado na porta de sua residência, na rua Tonelero. No atentado, morreu o major da FAB, Rubem Vaz. Investigações poli-

ciais prenderam o autor do atentado que descrevendo o mandante do crime provocou a prisão do chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato.

as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI.”

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo.

A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejam dignos de tão grande favor (*O Globo*, 02 de abril de 1964).

Nos dois editoriais, o governo constitucional de João Goulart é desqualificado, questionado, associado ao comunismo e, portanto, passível de ser interrompido. Em ambos os jornais, a crença de que o golpe traria as “medidas” necessárias para a superação de uma crise possibilitando a retomada da paz e da estabilidade da nação.

A ironia é que o *Correio da Manhã*, diferente do *Globo*, assumiu um posicionamento contrário ao arbítrio do governo militar, notadamente após a implantação do Ato Insti-

tucional N°1 de 09 de abril de 1964. Pressionado pelos militares, fortemente vigiado, com jornalistas e editores presos, censurado e sem verbas públicas, o jornal fechou suas portas em 1974.

Nas eleições presidenciais de 1989, O Globo assumiu posição nitidamente favorável ao candidato Fernando Collor de Melo com manchetes que buscavam realçar seus pontos positivos. Em, *A Rede Globo e as eleições de 1989*, João Braga Arêas analisa um conjunto de manchetes do jornal e assinala:

Assim, percebe-se que O Globo procurou favorecer Collor corroborando sua imagem de jovem, “caçador de marajás”, ressaltando que seus comícios tinham a presença de “multidões”, concedendo espaço para o candidato parecer “propositivo”, defendendo-o da acusação de ser de direita e considerando-o já eleito. O apoio a Collor seria ainda reforçado pela maneira como o jornal tratava seus adversários, principalmente Brizola e Lula (Arêas, 2015: 101).

O mesmo posicionamento se repetiu nas eleições de 1994 e 1998. A crise social que assolava o país e, a crise econômica vivenciada pelas organizações Globo levou-a

a uma maior neutralidade, abrindo generoso espaço ao candidato do PT, Lula. A postura das organizações globo traduziria uma política onde a empresa

esperava obter vantagens financeiras do próximo governo, enquanto lutava para recuperar sua audiência decadente. (...) indicam que a equipe de Lula teria se aproximado da Globo pedindo neutralidade na cobertura (Feres, Sassara, Miguel, Candido, & Vieira, 2015: 159).

A pretensa neutralidade provocou no governo Lula uma vã ilusão de que teriam o controle sobre a Globo. Em relato atri-

buído, por Mauro Lopes, ao então governador do Paraná e atual senador Roberto Requião, lemos que

Requião foi ao quarto andar do Palácio do Planalto e, enquanto contava ao ex-ministro (José Dirceu) sobre o quanto a TV Educativa estaria sendo importante para o governo, Zé Dirceu teria lhe interrompido e dito: "Requião, mas o governo também tem uma TV". Isso aconteceu antes da criação da TV Brasil, que se deu no segundo mandato de Lula. Requião teria ficado surpreso e perguntou: "mas que TV, Zé?" Ao que o então ministro, respondeu: "a Globo, Requião" (Lopes, 2016: 124).

Presos a uma percepção equivocada da realidade, o PT se viu atacado e isolado pela mídia ainda no primeiro mandato de Lula. O escândalo do Mensalão alimentou páginas e páginas dos jornais, colunas, debates nas emissoras de TV aberta e fechada, mas, não foi suficiente para derrotar Lula que terminou reeleito em 2006. A derrota dos grandes interesses empresariais e midiáticos, o governo se viu sob constante acosso. Em parte, tal pressão motivou a criação da TV Brasil em 2007.

Entretanto, a pressão contra os governos petistas não cessaram. A programação da TV Brasil, apesar de caracterizada pela qualidade, não foi capaz de ocupar o espaço das grandes redes de TV aberta, notadamente a globo. Pior, sem apoio de um grande jornal de circulação nacional, o governo enfrentava constante perseguição. A tensão se ampliou na gestão de Dilma Rousseff (2011-2016), o que veremos a seguir.

2 A encruzilhada da democracia brasileira: O Globo e a articulação golpista

Os dois mandatos de Lula foram marcados por uma política interna dual. De um lado, a manutenção de um rígido controle dos juros interno garantindo a manutenção dos ganhos na especulação de capital, favo-

recendo os interesses rentistas que se acomodaram inicialmente ao novo *status quo*, na medida em que não viram seus interesses afetados; por outro lado, foram implantadas políticas de inclusão social, centradas na distribuição de renda quer por programas como o Bolsa Família e, principalmente, pela elevação real do salário mínimo, permitindo a inclusão de famílias pobres ao mercado de consumo.

Some-se a isso, um investimento significativo na educação mediante a criação de novas universidades federais e de escolas técnicas que melhor qualificariam os trabalhadores oriundos das camadas populares, além de inversão de recursos públicos nas universidades mediante o financiamento de alunos via FIES e PROUNI. Completando o quadro, a polêmica e vitoriosa política de cotas nas universidades públicas buscando incorporar os setores historicamente excluídos no país: negros, mulatos e membros das comunidades indígenas brasileira.

Essas políticas rapidamente encontraram críticas aos setores mais conservadores que questionavam a perda de espaços considerados exclusivos e encontraram eco nos grandes conglomerados midiáticos. A política de cotas foi questionada no STF pelo DEM, nas páginas do jornal *O Globo* intelectuais conservadores escreviam defendendo que tal política, instituiria no Brasil o con-

flito de raças. O então diretor executivo de jornalismo da Globo, Ali Kamel, usou das páginas do jornal para condenar as cotas e, partindo da leitura dos intelectuais conservadores, publicar um livro, significativamente intitulado “Não somos racistas”.

A lei das cotas traz em si uma decisão temerária: estabelece que 120.000 das 240.000 vagas mantidas nas federais não serão mais ocupadas segundo o mérito acadêmico dos candidatos. Em sua face mais evidente, pretende beneficiar alunos que, sem isso, dificilmente chegariam às federais devido à má qualidade do ensino básico que recebem na rede pública – que, a cada ano, forma 7,1 milhões de jovens. Em sua face menos evidente, a lei toca a vida de outros milhares de estudantes e de suas famílias: alguns deles estão retratados nesta reportagem. A exemplo de Monique e Luciana, eles investiram dinheiro e forças num projeto de educação a longo prazo e agora veem o planejamento desmoronar com a nova regra (*Veja*, 30/09/2012).

O eixo da reportagem e seu tom dramático não deixam dúvidas sobre quem deveria ser atingido: a classe média. A educação não é lida como um direito igualitário a todos os cidadãos, mas sim um investimento custoso onde as cotas quebrariam o “planejamento” efetuado pelas famílias.

Jessé Souza aponta que a educação é

Os filhos da classe média podem se dedicar apenas aos estudos. É isso que permite a eles se concentrarem no capital cultural mais valorizado para o mercado de trabalho, onde entrarão mais tarde (Souza, 2016:61).

A perda de espaços até então considerados exclusivos, motivou a importantes setores da classe média, impregnados de preconceitos de classe a se afastarem dos governos petistas. A política inclusiva ampliou o consumo, permitindo que bens inacessíveis aos pobres venham a ser partilhados. Relatos na imprensa e nas redes sociais sinalizaram o descontentamento. A crise aérea, isto é, a incapacidade dos aeroportos

Ir a Nova York ver os musicais da Broadway já teve sua graça, mas, por R\$ 50 mensais, o porteiro do prédio também pode ir, então qual a graça? Enfrentar 12 horas de avião para chegar a Paris, entrar nas perfumarias que dão 40% de desconto, com vendedoras falando português e onde você só encontra brasileiros – não é melhor ficar por aqui mesmo? (*Folha de São Paulo*, 25/11/2011).

Na revista *Veja*, a questão das cotas foi tratada em tom melodramático, em reportagem intitulada “O drama de estudantes – e famílias – afetados pelas cotas”. Nela lemos a seguinte passagem:

visto como um importante catalisador que forja um capital cultural que distingue a classe média das camadas populares, levando a constituição de uma política familiar que garante estabilidade emocional e preserva de outras obrigações os jovens da classe média. Sem precisar prover a família com renda oriunda de seu trabalho,

absorverem o repentino novo fluxo de passageiros foi noticiada com tons de alarde sinalizando a perda de privilégios. Danusa Leão, conhecida socialite e colunista da *Folha de São Paulo*, causará polêmica em sua coluna, publicada em 25 de novembro de 2011 e intitulada, *Ser Especial*, ao afirmar que a perda de exclusividades promoveria o tédio nos endinheirados, pois tudo seria acessível a todos e, completava:

Todos os rancores escondidos, aquilo que se comentava em família, que uma vez nas redes sociais se tornava motivo de recriação e vergonha, se libertou durante as Jornadas de junho de 2013. Uma versão tupiniquim da primavera Árabe. Uma versão ainda mal compreendida, mas que foi hegemonizada pelas hordas conservadoras da classe média.

Em 06 de junho de 2013, tinha início um conjunto de atos contra os aumentos das passagens de ônibus organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL). Em 13 de junho novos atos ocorreram. No entanto, o grau de violência da polícia paulista marcaria um novo patamar no confronto. No Rio de Janeiro, onde o confronto entre os manifestantes e a PM ocorreu na Avenida Presidente Vargas, na altura da estação de trens Central do Brasil, a violência policial não destoou do que comumente ocorrera.

Num primeiro momento, as reportagens legitimaram a ação policial visando a contenção da “baderna”, isto é, a luta contra o aumento abusivo. A repercussão das ima-

gens nos telejornais noturnos impactou a sociedade que, pela primeira vez, se posicionou contra a violenta ação policial. Cabe ressaltar que ainda neste momento, os jornais e telejornais assinalavam o movimento como contestador ao aumento das passagens. Nada indicava que seria diferente disso e, portanto, os textos de forma sutil condenavam o MPL e os manifestantes. Em comentário que traria forte repercussão, Arnaldo Jabor articulista da TV Globo, afirmaria que os manifestantes representavam uma esquerda que nunca andara em transportes coletivos e buscara desqualificar o movimento, afirmando tratar-se de uma luta simplista, afinal, diria Jabor, numa expressão que passou a pautar a luta do MPL, tratava-se de um reajuste de 20 centavos.

A luta, no entanto, avançava. Na segunda-feira, 17 de junho, centenas de milhares de pessoas foram às ruas protestar contra o aumento das passagens. O Globo de 18 de junho anunciava em sua cobertura:

Na maior mobilização contra o aumento das passagens de ônibus, cerca de 240 mil manifestantes, conforme estimativas dos organizadores, das polícias e de institutos de pesquisa, ocuparam na segunda-feira, 17 de junho, as ruas de 11 capitais brasileiras (*O Globo*, 18 de junho de 2013).

Entretanto, a pauta da participação nas ruas começou a mudar. Jornalistas sem advogavam o direito de sugerir pautas para o movimento popular. Em sua coluna publicada em 19 de junho de 2013, no Rio de Janeiro em *O Globo* e, em São Paulo, na *Folha de São Paulo*, intitulada “o monstro foi para a rua”, o jornalista Elio Gaspari, bus-

cou apontar sete “coisas” que haviam acontecido nos últimos dez dias. Simples. Sete coisas, entrando no texto que supostamente avaliava o movimento de dois dias antes, sutil insinuação que buscava construir uma nova imagem e pauta para o movimento. Vamos aos sete pontos:

1 — O prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin subiram as tarifas e foram para Paris, avisando que não conversariam nem com os manifestantes. Mudaram de ideia.

2 — Geraldo Alckmin defendeu a ação da polícia na manifestação de quinta-feira passada. Mudou de ideia e pacificou sua PM.

3 — O comandante da PM disse que sua tropa de choque só atirou quando foi apedrejada. Quem estava na esquina da Rua da Consolação com Maria Antonia não viu isso.

4 — Dilma Rousseff foi vaiada num estádio onde a meia-entrada custou R\$ 28,50 (nove passagens de ônibus a R\$ 3,20.)

5 — O cartola Joseph Blatter, presidente da Fifa, mandaram de uma instituição metida em ladroeiros, achou que podia dar lição de moral aos nativos. (A Viúva gastará mais de R\$ 7 bilhões nessa prioridade. Só no MaracanãX, torraram R\$ 1,2 bilhão.)

6 — A repórter Fernanda Odilla revelou que o Itamaraty achou pequena a suíte de 81m2 do hotel Beverly Hills de Durban, na África do Sul, e hospedou a doutora Dilma no Hilton. (Por determinação do Planalto, essas informações tornaram-se reservadas e, a partir de agora, só serão divulgadas em 2015.)

7 — A cabala para diluir as penas dadas aos mensaleiros que correm o risco de serem mandados para o presídio do Tremembé vai bem, obrigado. O ministro Dias Toffoli, do STF, disse que os recursos dos réus poderão demorar dois anos para ir a julgamento. (*O Globo*, 19/06/2013)

O próprio Arnaldo Jabor, um dia antes, em 18 de junho de 2013, nas páginas do mesmo *O Globo*, já havia dado o tom, buscando pautar o movimento afirmando:

é fundamental que o Passe Livre se amplie e persiga objetivos concretos. Tudo está parado no país, e essa oportunidade não pode ser perdida. De um fato pequeno pode sair muita coisa, muito crime pode estar escondido atrás de uma bobagem. Os fatos concretos são valiosos. Exemplo: não basta lutar genericamente contra a corrupção. Há que se deter em fatos singulares e exemplares, como a terrível ameaça da PEC 37, que será votada daqui a uma semana e que acaba na prática com o Ministério Público, que pode reverter as punições do mensalão, pode acabar até com o processo da morte de Celso Daniel (...) (*O Globo*, 18/06/2013).

A nova pauta conservadora permitiu o ingresso de novos atores. A classe média encontrou o espaço para desaguar seus rancores e preconceitos. Militantes dos partidos de esquerda que iniciaram o movimento junto ao MPL, foram atacados e ex-

pulsos dos atos seguintes, a violência de jovens lutadores marcavam os atos. A imprensa desconsiderava tais práticas autoritárias e violentas.

O Globo noticiou em 21 de junho de 2013:

No Rio, os manifestantes que tomaram a Avenida Presidente Vargas, no Centro, não pareciam dispostos a deixar que militantes tirassem proveito partidário do movimento. Houve brigas para evitar que isso acontecesse em vários momentos. Logo na concentração, junto à Igreja da Candelária, cerca de dez militantes usando camisetas da CUT, carregando bandeiras e panfletos, aguardavam o início da caminhada, quando foram cercados por um grupo de 20 manifestantes, que rasgaram as bandeiras e quebraram seus mastros (*O Globo*, 21/06/2013).

O texto não deixa dúvidas: “*não pareciam dispostos a deixar que militantes tirassem proveito partidário do movimento*”. Os militantes de partidos de esquerda, com uma história de luta e de ocupação dos espaços públicos em atos, que participavam das reuniões de comitês suprapartidários compostos por, entre outros, PSOL, PSTU, PCB, MPL, eram vistos pelo jornal e pelos participan-

tes do ato, como aproveitadores do movimento, movimento do qual historicamente participavam e organizavam. A luta contra o aumento das passagens foi subalternizada pelo combate à corrupção. A exigência do julgamento do Mensalão marcava os manifestantes.

A presidenta Dilma Rousseff passou a ser o alvo das manifestações com os seg-

mentos conservadores da classe média associando seu governo aos escândalos de corrupção no país. Sua tentativa de diálogo com as ruas encontrou pouca reverberação, pelo fato do movimento estar pautado para desconstruí-la, independente de qualquer decisão a ser tomada. O fim das “jornadas” marcaram uma crescente perda de popularidade do governo com elevados índices de rejeição e a emergência de um pretenso discurso apolítico de direita que não deixa dúvidas: “minha bandeira não é vermelha”, “fora PT”, “corruptos”, entre outras baboseiras defendidas.

Entretanto, desse momento em diante, os setores de direita perceberam que podiam retomar um espaço considerado exclusivo das forças de esquerda: as ruas. Retomando as ruas, se permitindo contestar de forma direta os governos petistas e suas políticas de inclusão social, apoiados pela mídia, somente faltava um novo catalisador das forças conservadoras e uma figura que encarnasse o paladino branco da moralidade. A Operação Lava Jato e o juiz paranaense Sérgio Moro representaram esse papel.

A presidência de Dilma navegou em águas intranquilas desde seu primeiro mandato. Diminuiu os ganhos rentistas visando ampliar investimentos públicos no setor produtivo industrial. Entretanto, a corrosão do poder de compra do salário-mínimo não conseguiu ampliar e sustentar os novos consumidores que o mercado demandava. As eleições de 2014 representavam o momento de epifania das forças conservadoras na economia e na sociedade. A classe média encontrava em Aécio Neves seu arauto da moralidade, aquele que com sua pauta conservadora iria levar o Brasil novamente pelo trilho da recomposição ren-

tista e livre dos gastos desnecessários com programas sociais.

Entretanto, a força eleitoral dos novos consumidores foi decisiva para a vitória de Dilma nas eleições. A surpreendente derrota – para o PSDB, os conservadores e para a mídia – implicou em mudança de estratégia. Pressionada por denúncias de corrupção – da qual não fora em nenhum momento acusada ou citada – e com uma crise econômica que se retroalimentava da política, o governo tentou uma cartada equivocada: reconquistar o grande capital e os setores rentistas. Seu segundo mandato representou uma guinada econômica com a proposta de adoção de medidas de austeridade fiscal, redução de investimentos nas políticas sociais e pior: paralisação dos investimentos da Petrobras que atacada pela Lava Jato sangrava sem defesa. A opção de cortar gastos da empresa resultou em quebra de empresas privadas que dependiam das operações da mesma. O caso mais exemplar foi a quebra do COMPERJ no Rio de Janeiro.⁵ Com isso, a crise econômica se aprofundou, permitindo a manipulação midiática contra o governo.

A ideia do impedimento da presidente ganhou corpo. Faltava legitimar como expressão da vontade popular. Novamente as ruas foram ocupadas por setores conservadores. Faixas explicitavam o olhar de mundo dos manifestantes, entre elas: “Chega de doutrinação marxista. basta de Paulo Freire!”, “intervenção militar já”, “feminicídio sim, fomenicídio não. Fora PT (sic)”, “Dilma, pena que não te enforcaram no DOI-CODI”, entre outras imagens constrangedoras divulgadas pela mídia e viralizadas em rede.

⁵O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em Itaboraí se apresentava como um importante empreendimento de abastecimento no país visando atender as novas ofertas oriundas do pré-sal. O complexo seria composto por uma refinaria que processaria 165 mil bar-

ris por dia, uma unidade básica de refino para etanol, benzeno e outros produtos e seis unidades de refino de segunda geração.

E qual a reação da mídia? Vejamos o editorial de *O Globo* sobre as manifestações de 13 de março de 2013:

Um 'basta' das ruas a Dilma, Lula e PT

Manifestações históricas forçam o andamento do calendário do impeachment, enquanto a economia se dissolve, sem perspectivas de mudanças

Editorial O Globo

Em crises profundas e amplas como a atual, a evolução de suas vertentes política e econômica não costuma se dar na mesma velocidade. Neste domingo, impulsionados pelo maior conjunto de manifestações de rua da História do país, o calendário e o relógio da face política da crise apertaram o passo rumo a um desenlace.

Até aqui, o processo assustador de liquefação da economia permanece sem uma perspectiva de solução – mesmo que as melhores alternativas para reequilibrar as contas públicas, conter inflação, reativar investimentos e consumo sejam conhecidas. Porém, por desagradarem a PT e aliados, nada se faz. É neste ponto que as crises política e econômica se entrelaçam e interagem.

Mas os milhões de manifestantes de domingo contra Dilma, Lula, PT, e a favor de Sérgio Moro e Lava-Jato — não importa se 3,6, segundo as PMS, ou 6,9, de acordo com os organizadores –, tiveram tal dimensão, maior que todos os eventos políticos de rua ocorridos até hoje no país, que forçam uma definição sobre o futuro de uma presidente acuada em Palácio (*O Globo*, 15/03/2016).

As ruas legitimariam a derrubada do governo legalmente eleito. Para o jornal havia dois lados: os que defendiam a moralidade pública e a ação do juiz Sérgio Moro, paladino do combate aos corruptos e, os que defendiam a imoralidade pública ao insistirem no apoio a Lula, Dilma e ao PT. A simplificação do texto buscava atingir o leitor do senso comum. Nada de mensagens rebuscadas, textos com citações de intelec-

tuais, basta uma linguagem simples e direta para chamar a classe média para seu lado.

No entanto, todas as alternativas se colocavam para *O Globo*. Em texto publicado em 06 de março de 2016, diante da incerteza que permeava a cúpula do jornal acerca do caminho parlamentar-jurídico para o golpe, Merval Pereira assinalou a existência da opção militar.

Em busca da saída

por Merval Pereira

Se a política não resolver a crise, a crise vai resolver a política. Mais que um jogo de palavras que o deputado Raul Jungman gosta de usar, esta é uma constatação que fica mais evidente ainda diante da iniciativa de militares de contatarem na sexta-feira autoridades civis – governadores de Estados estratégicos como Rio e São Paulo, ministros, líderes partidários – para colocarem à disposição tropas em caso de necessidade de garantir a ordem pública, conforme Ricardo Noblat noticiou em seu blog.

Os confrontos entre petistas e seus adversários políticos nas ruas de diversas capitais do país, enquanto Lula depunha na Polícia Federal, insuflados por uma convocação do presidente do PT Rui Falcão, acenderam a luz amarela nas instituições militares, que pelo artigo 142 da Constituição têm a missão de garantir a ordem pública.

O fato de terem oferecido apoio às autoridades civis mostra que, ao contrário de outras ocasiões, os militares não estão dispostos a uma intervenção, que seria rejeitada pelas forças democráticas, mas se preocupam com a crise e se dispõem a auxiliar as autoridades civis em caso de necessidade.

Já há algum tempo, diante do agravamento da crise político-econômica, militares de alta patente estão conversando com lideranças civis de diversos setores da sociedade, e agora consideram que está na hora de o mundo político encontrar saídas constitucionais para o impasse em que estamos metidos, com o Congresso, que é o único caminho para uma solução em moldes democráticos, paralisado diante de sua própria crise: um presidente da Câmara tornado réu pelo Supremo Tribunal Federal, um presidente do Senado alcançado por nada menos que seis processos, cerca uma centena de deputados e senadores envolvidos de alguma maneira em problemas com a Justiça e tantos outros sujeitos ao imponderável das delações premiadas da Operação Lava-Jato (*O Globo*, 06/03/2016).

A mensagem era clara: o jornal passaria a se articular com setores do comando militar desvinculados da questão democrática e, ainda presos a uma visão bipolar de mundo. Ou o Congresso Nacional assumia sua tarefa, a de executor do golpe, ou a op-

ção militar seria tentada. Como em 1964, a tarefa seria defensiva. A esquerda que não sabe conviver em uma democracia seria a culpada pelo golpe. Vejamos a continuidade do editorial de 06 de março de 2016:

As milícias petistas mobilizadas na confrontação física nas ruas podem transformar o país em uma Venezuela, e quanto mais os fatos descobertos na Operação Lava-Jato forem sendo desvelados, mais a resposta violenta será a única saída.

O Congresso tem que encontrar rapidamente uma saída constitucional que possibilite a formação de um governo de transição democrática, e o caminho mais viável parece ser o impeachment, já que a presidente Dilma não se mostra capaz de, por si só, articular essa transição, e se revela comprometida cada dia mais com as ações criminosas que a levaram ao governo (*O Globo*, 06/03/2016).

A abertura do processo e formação do governo provisório inviabilizou essa opção mais radical. A posse de Temer marcou uma postura nova no jornal. Seu primeiro

tem o significativo título de “*Otimismo com o novo tom do Planalto*”. Mas qual o novo tom? Deixemos que o próprio jornal nos diga.

Otimismo com o novo tom do Planalto

Temer rebate o catastrofismo de Dilma e cita reformas necessárias, para as quais é necessário trânsito no Congresso, um dos predicados do presidente em exercício
por Editorial

Dilma Rousseff deixou o Planalto, na manhã de ontem, na condição de presidente afastada por um processo de impeachment em andamento, bem ao seu estilo. O momento não era mesmo ameno e para sorrisos, mas a dureza do seu pronunciamento, com a reiterada denúncia do “golpe”, faz parte de sua marca registrada em cinco anos e cinco meses incompletos de poder.

Esta marca tornava-se mais forte à medida que o pedido de impedimento tramitava na Câmara para desembarcar e ser admitido no Senado, enquanto a presidente e o PT convertiam o principal salão do Planalto em palanque de comícios.

À tarde, o presidente em exercício Michel Temer ocupou os mesmos espaços para dar posse ao novo Ministério. A cor vermelha deixou de predominar, num evento mais condizente com os ares de um palácio de governo.

Mudou também o discurso, e para melhor. Pela manhã, Dilma fez um pronunciamento agressivo, para a militância. Com as ameaças importadas das campanhas eleitorais petistas: profetizou, por exemplo, o corte de programas e gastos sociais, um catastrofismo digno do marqueteiro João Santana, ainda preso em Curitiba.

Temer disse que não pensava em fazer um pronunciamento mais substantivo, mas fez. Deve ter mudado de ideia para responder a Dilma e ao lulopetismo, que prometem fazer uma guerra contra seu governo. O presidente em exercício foi direto ao garantir a manutenção dos programas sociais, com a citação do Bolsa Família, do Fies, do Pronuni, do Pronatec e da Minha Casa Minha Vida.

Ainda vice de Dilma, Temer defendeu que o Brasil precisava de quem o unificasse. Passou a ser tratado como conspirador e traidor. E ontem, com Dilma no Alvorada, onde aguardará o desfecho do julgamento propriamente dito do seu impedimento, Temer defendeu que é “urgente pacificar e unificar o Brasil.” De fato.

Acenou, ainda, para reformas na legislação trabalhista e na Previdência, relacionando-as com a necessidade de o Estado poder continuar a pagar os benefícios à população e à geração de empregos. Um avanço enorme, depois de 13 anos em que o PT se recusou a fazer estas e outras reformas essenciais. O resultado aí está.

Não faltaram referências ao grave problema do desequilíbrio fiscal, à necessidade de se melhorar o ambiente de negócios no país e à intenção de impulsionar a realização de parcerias público-privadas (PPPs), a fim de que o Estado se circunscreva a suas funções básicas (segurança, saúde, educação).

Outra mudança radical em relação aos tempos de Dilma foi a maciça presença no Planalto de parlamentares, não fosse Temer um político de longa experiência no Congresso, em que presidiu a Câmara por três vezes.

Também por isso o novo governo estimula o otimismo, pois, sem o apoio do Legislativo, nada poderá ser feito para se sair da crise (*O Globo*, 13/05/2016).

Dilma e o PT fizeram do Planalto um palanque de comício, as cores vermelhas foram abolidas. Temer, a encarnação da tranquilidade e equilíbrio garantia a manutenção dos programas sociais e clama a unidade do país. O texto busca a contraposição entre o caos petista, militância com palavras de ordem, a predominância da cor vermelha, símbolo da esquerda, contra a placitude de quem resgatou o sentido solene de um palácio, espaço circunspecto maculado pelos petistas.

Ao mesmo tempo, a conta do apoio começava a ser cobrada. A defesa do equilíbrio fiscal, a defesa do estado mínimo e a ampliação das parcerias público-privadas (as PPP's) são assinaladas no editorial. Posteriormente, o jornal passou a defender abertamente mudanças na legislação trabalhista vista como “obsoleta” e “arcaica”, o fim da gratuidade das universidades públicas, assumindo o papel de porta-voz dos interesses privados em detrimento do bem comum.

O golpe se consolidaria em 31 de agosto

de 2016. O papel do judiciário como instrumento de construção do mote golpista, permitiu a produção do consenso midiático. Mesmo setores populares que se beneficiaram com os 13 anos de governo petista se distanciaram de Dilma. Apoiado pela mídia, escudado pelo aparato jurídico – policial, o senado federal completou o processo oficializando e dando um verniz legal ao golpe vitorioso.

Conclusão

Vitorioso o processo de destituição de Dilma, ainda em maio os grupos midiáticos perceberam que nova batalha se apresentava. A legitimação do golpe. Embate que se trava acerca da futura memória do ato. Para a esquerda brasileira o discurso de golpe passou a ser replicado na sociedade. A imprensa internacional também assumiu posicionamento contra a queda de Dilma. *El Clarin*, periódico chileno, publicou em 13 de abril de 2016, o texto abaixo, assinado por Rafael Luis Gumucio Rivas:

Los golpes de Estado jurídico-mediáticos

A partir del golpe de Estado contra el Presidente de Paraguay, Fernando Lugo, la estrategia de las derechas latinoamericanas ha dejado de lado el uso del poder militar para derrocar gobiernos progresistas. Las Fuerzas Armadas en los distintos países de área están desprestigiadas después del derrumbe de las dictaduras de seguridad nacional, y hoy, sin necesidad de pagar los costos de cruentos golpes de fuerza, pueden mantenerse como casta privilegiada bajo gobiernos civiles de derecha – por ejemplo, en el ejército de Colombia se ufanan al decir que no ves necesario ser visible ante la ciudadanía, pues de todas maneras tiene el poder, especialmente, por medio del Plan Colombia y su lucha contra la guerrilla; por lo demás, los paramilitares, como brazo armado, realizan el trabajo sucio sin respetar las limitaciones de una democracia burguesa –.

(...) En el caso brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Rousseff, en cierto sentido están pagando el precio de haber promovido y construido esta clase media aspiracional que posee una enorme facilidad de convertirse en “fascistas pobres” – habría que sumar situaciones objetivas, como la corrupción del partido gobernante, el PT, y la recesión económica que golpea fuertemente el nivel de vida de una clase media emergente, acostumbrada a estándares desconocidos en ese país-continente –.

El juicio político contra la Presidenta Rousseff, a mi modo de ver, forma parte importante de esta estrategia jurídico-mediática encaminada a poner fin a un gobierno constitucional, de características bastante moderadas en lo político y que no tienen nada que ver con la calificación de “izquierda populista”, que la derecha y el imperio norteamericano colocan como remoquete a los gobiernos de Rafael Correa, Evo Morales y Nicolás Maduro, muy por el contrario, Lula y Bachelet, durante mucho tiempo fueron presentados como modelos de la izquierda sensata, de la socialdemocracia, de la tercera vía (*El Clarín*, 13/04/2016).

O jornal *El País*, da Espanha, em editorial de 10 de maio de 2016, não se furta a assinalar: “Un proceso irregular. La forma por la que se trata de destituir a Dilma Rousseff no desmiente sus graves acusaciones contra la oposición brasileña” (*El País*, 10/05/2016). Mesmo tom adotado pelo The

New York Times de 12 de maio de 2016 que afirmará não haver provas dela ter abusado de seu poder para obter ganhos pessoais⁶

O jornal *Le Monde*, datado de 13 de julho de 2016, apontava: Dilma Rousseff, vítima de uma manobra parlamentar. E iniciava o texto assinalando:

Au Brésil, les masques tombent. Des écoutes téléphoniques déjà anciennes viennent de dévoiler les manœuvres qui ont précédé la procédure de destitution de la présidente brésilienne Dilma Rousseff. On y apprend que certains parlementaires ont cherché à échapper aux poursuites pour corruption qui les menaçaient en obtenant la destitution de Dilma Rousseff, pourtant réélue en 2014 avec 54 millions de voix (51.64 %). Nous avons assisté à la prise de pouvoir sans légitimité populaire, de ceux qui ont perdu ces présidentielles, dans le but de mettre en place leur programme largement rejeté par les urnes. Ils ont formé un gouvernement composé exclusivement d’hommes, sans aucune représentation de la diversité qui compose la société brésilienne. (*Le Monde*, 13/07/2016).⁷

⁶www.nytimes.com/2016/05/13/opinion/making-brazils-political-crisis-worse.html?_r=0. Copiado em 14/05/2016.

⁷In: www.lemonde.fr/idees/article/2016/07/13/dilma-rousseff-victime-d-une-basse-manoeuvre-parlementaire_4969141_3232.html. Copiado em 17/07/2016.

A mídia não ficou quieta. *O Globo* vai indicar um colunista de corte conservador, Pedro Doria, para defender o governo inte-

rino desqualificando a tese de golpe. Para o autor,

há uma imensa confusão rondando as redes sociais a respeito do que dizem ou não os jornais estrangeiros sobre a crise brasileira. Tornou-se comum, por algum motivo misterioso, afirmar que lá fora há um movimento condenando o que a presidente Dilma Rousseff chama de “golpe”. Não é verdade.

Qualquer jornal ocidental divide o que publica em dois grupos. Há notícia e há opinião. Notícias são matérias (mais curtas) ou reportagens (longas, em geral com apuração de fôlego) que saem do trabalho de um ou mais repórteres que tentam relatar os fatos e como as opiniões se dividem a seu respeito. Opinião é outra coisa. Há editoriais (a opinião do jornal), colunas (pessoas que o jornal contrata para manifestar sua opinião com frequência) e artigos avulsos, para quando alguém tem uma opinião para manifestar. Por fim, ali no meio do caminho entre a notícia e a opinião, estão as análises, que sem manifestar uma preferência pessoal tentam ajudar o leitor a compreender o contexto no qual um fato se dá.

É assim que se organizam jornais brasileiros, do resto das Américas e da Europa.

Um dos textos mais citados é “A razão real pela qual os inimigos de Dilma Rousseff querem seu impeachment”, publicado pelo jornal britânico “The Guardian”. É um artigo de opinião avulso, assinado por David Miranda. Não é a opinião do jornal. É a opinião de um cidadão brasileiro (...) (*O Globo*, 26/04/2016).

O crescimento das manifestações contrárias ao governo Temer, o avanço do *Fora*

Temer, a consolidação da leitura de golpe, levaram o jornal a se posicionar:

A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo

Aceitar a tese de que seria ilegal o afastamento de Dilma, por meio da Justiça, é admitir que o Supremo participaria de uma ação de cunho político contra princípios constitucionais

Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda de um PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra “golpe” ganha grande relevância. “Golpe” é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações — mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara.

O partido se encalacra a cada avanço da Lava-Jato, e ontem a presidente sofreu derrota emblemática, com a formalização pelo PMDB da saída da base do governo. Deve puxar uma fila de novas defecções, porque político, em geral, não gosta de ser sócio de derrocadas.

À medida que a campanha pelo impedimento crescia e o juiz Sérgio Moro, com a força-tarefa da Lava-Jato, se aproximava do ex-presidente Lula, a militância criou termos paradoxais, como “golpe constitucional”. Ora, se é golpe, não pode ser constitucional.

PT e aliados marcaram para amanhã, 31 de março, manifestações em defesa do governo e, por óbvio, farão referência ao golpe dado pelos militares, apoiados pelas classes médias e alta, há 52 anos.

Pura manipulação, porque o Brasil de 2016 nada tem a ver com o de 1964. A Lava-Jato, em que atuam de maneira coordenada a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal, trabalha sem atropelos constitucionais. E quando a defesa considera haver alguma ilegalidade, recorre às devidas instâncias judiciais. Se não tem conseguido muitos êxitos, é pela solidez das provas e argumentos do juiz Sérgio Moro. Equivocam-se, então, os que enxergam uma conspiração antidemocrática no combate à corrupção.

Já o processo de impeachment de Dilma, por sua vez, transita pelas instituições sem atropelos. Em 64 seria diferente. Acreditar no conto da carochinha do “golpe” é aceitar como verdadeiro o conluio do Supremo numa operação para defenestrar ilegalmente Dilma do Planalto. Só numa alucinação. Vários ministros da Corte já negaram esta ideia tresloucada: seu presidente, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Celso de Mello. Prova irrefutável da institucionalidade do impeachment é que seu rito foi estabelecido pelo próprio STF, com base naquele seguido contra Collor, em 1992.

Em 1964, houve ruptura institucional, com o atropelamento, pelos militares, das instituições. O golpe farsesco convence apenas desinformados e ingênuos, serve tão-somente aos mal-intencionados – estes, sim, golpistas – que desejam envolver numa espessa nuvem de fumaça as provas e evidências de grossa corrupção que envolve quadros petistas.

Aceite quem quiser que políticas de supostos benefícios aos pobres podem justificar a roubalheira. Não num país com instituições republicanas sólidas (*O Globo*, 30/03/2016).

O grito de golpe ganharia relevância pelo fato de ser mais fácil de falar que impeachment, desqualificando a essência da reação contra o golpe. Por outro lado, o “conto de carochinha do golpe” resultaria na destituição do conjunto do judiciário brasileiro, a começar pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que seria percebido como clara ameaça ao arcabouço legal mantenedora do modelo social excludente do país. Os que buscam a analogia entre 2016 e 1964, se

apresentam como mal intencionados, que buscam agir de forma torpe para impedir as averiguações contra a corrupção do PT. Claro, que não foi lembrado o fato de que a abertura do processo contra Dilma Rousseff não foi por corrupção, mas sim por crime de responsabilidade com as “pedaladas fiscais”.

Em 25 de agosto de 2016, com a votação final se aproximando, novo editorial do *Globo* condenava os que dizem Golpe:

Não faltam provas para o impeachment de Dilma

Processo chega à fase final, tendo sido dado todo espaço à defesa, mas que não consegue responder, sem deixar dúvidas, às acusações de crimes de responsabilidade

O processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff entra hoje na fase final, sem que o lulopetismo e o advogado da presidente, José Eduardo Cardozo, sejam convincentes ao rebater a acusação de que ela cometeu crimes de responsabilidade no campo fiscal, como definidos pela lei 1.079, de 1950, e estabelecidos na Constituição. E foram muitas as etapas de debates e votações, garantida liberdade absoluta à defesa.

E muito menos convence a delirante acusação de que há um “golpe”. Ela serve apenas para animar militantes, quase sempre sectários, e simpatizantes estrangeiros desinformados. Influentes estes são, pois até conseguiram induzir organismos multilaterais a encaminhar formalmente perguntas sobre a legalidade do processo, respondidas pelo Congresso sem sobressaltos. A própria Dilma ajuda a desfazer a farsa do “golpe” ao comparecer livremente ao Senado, para se defender, em sessão conduzida pelo presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski. Seria um golpe dentro do estado democrático de direito, uma contradição em termos. Uma bizarrice (...) (*O Globo*, 25/08/2016)

A opinião divergente do jornal é lida como bizarrice, delirante, sem qualidade e, portanto, precisa ser desconstruída de

forma a não afetar a legitimidade do futuro governo que seria empossado após a conclusão do impedimento da presidenta.

Ao longo do texto, buscou-se demonstrar como no processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff, a grande mídia se apresentou como portadora de um projeto que, incapaz de ser vitorioso no voto, foi articulado por setores do judiciário, políticos conservadores e narrado pelos grandes conglomerados midiáticos. Principal empreendimento midiático do Brasil, O Globo atuou incisivamente na defesa do golpe, construiu consensos junto aos setores mais conservadores e desqualificou qualquer voz dissonante.

Sem modificar as estruturas do Estado brasileiro, isto é, assumir ao marco regulatório da mídia, construir efetivos espaços para a sociedade fiscalizar o corporativismo conservador do judiciário, efetivar uma reforma política que esvaziasse a capacidade de eleição de representantes do fisiologismo, os governos petistas viram sua capacidade de equilíbrio político se esvaír de suas mlaos e retomar aos interesses mais conservadores.

Referências Bibliográficas

- (2001). Correio da Manhã. Compromisso com a verdade. *Cadernos de comunicação*, (1), Série Memória. RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Copiado em 05/08/2016. www.rio.rj.gov.br/secs.
- Althusser, L. (1985). *Aparelhos Ideológicos de Estado*. RJ: Graal.
- Arêas, J. (2015). A rede Globo e as eleições presidenciais de 1989. In J. Arêas & F. Faria, *Globo 50 anos. A farsa também envelhece*. Curitiba: Prismas.
- Feres, J.; Sassara, L.; Miguel, L.; Candido, M. & Vieira, L. (2015). O cão de guarda nem sempre late: As organizações Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. In J. Arêas & F. Faria, *Globo 50 anos. A farsa também envelhece*. Curitiba: Prismas.
- Gorender, J. (1988). Coerção e consenso na política. *Estudos Avançados*, 2(3). Copiado em 10 de setembro de 2016 em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000300004>.
- Gramsci, A. (2001). Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. *Cadernos do Cárcere*, 2. RJ: Civ. Brasileira.
- Lopes, M. (2016). As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In I. Jekings, K. Doria & M. Cleto, *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. SP: Boitempo.
- Souza, J. (2016). *A Radiografia do golpe*. SP: Leya.
- Vieira, F. (2019). *Navegando Contra a maré: a relação entre o MST e a mídia*. Curitiba: Brazil Publisher.